

## ENTREVISTA

**António Domingues de Azevedo,**  
bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

# Vertente social é prioritária para a Ordem

**SEGUROS, FUNDO DE PENSÕES E OUTRAS REGALIAS SOCIAIS SÃO FUNDAMENTAIS PARA RETER OS MEMBROS, MESMO DEPOIS DE DEIXAREM A PROFISSÃO A QUE DEDICARAM A VIDA.**

Num momento de incertezas económicas, a maior ordem do País mantém a sua tradicional dinâmica e está cheia de novos projectos e investimentos. O objectivo? Garantir a qualidade do desempenho dos seus profissionais, mas também apostar no suporte social.

**Após alguns anos de crise, como está o mercado de trabalho para os técnicos oficiais de contas (TOC)?**

O mercado, com algumas empresas em crise e outras a fechar nos últimos anos, diminuiu. É claro que é um mercado com algumas características específicas e, por isso, a sua resistência aos efeitos directos da crise tem sido maior do que noutras profissões.

**O que tem feito a Ordem para manter a confiança dos TOC na profissão?**

O universo dos técnicos oficiais de contas é muito diferenciado e heterogéneo no quadro do mundo empresarial português. Mas os TOC têm que perce-

ber que em Portugal há uma realidade de pequena e média empresa que lhes pode abrir portas a novas oportunidades. Nestas estruturas, o profissional tem que se posicionar não apenas como contabilista, mas também no domínio de outras funções, como sejam o acompanhamento e aconselhamento do empresário em várias temáticas: investimento, procedimentos de negócios, e todo um conjunto de prestação de serviços que pode fazer aos seus clientes e que podem ajudar a atenuar o efeito da crise nas empresas. É isso que temos vindo a tentar e que temos vindo a conseguir.

**Criar, portanto, alternativas à função "tradicional" do TOC...**

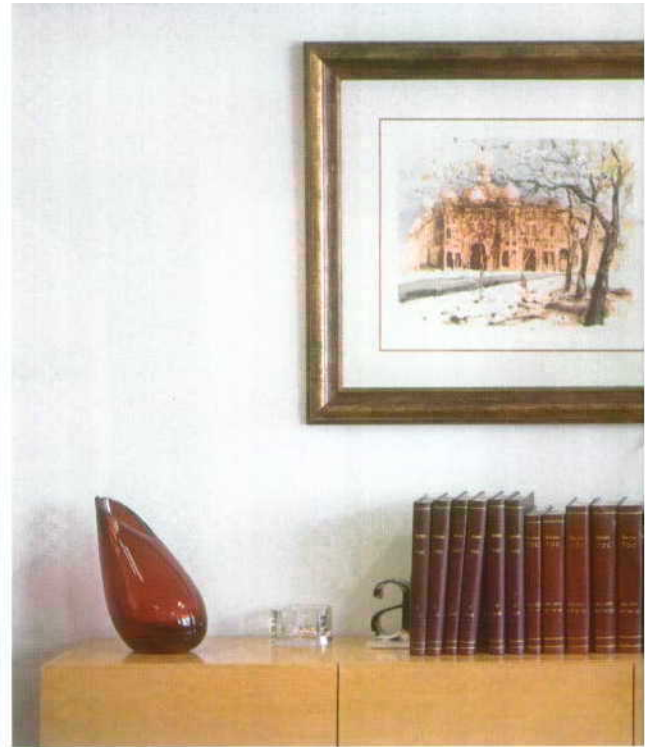
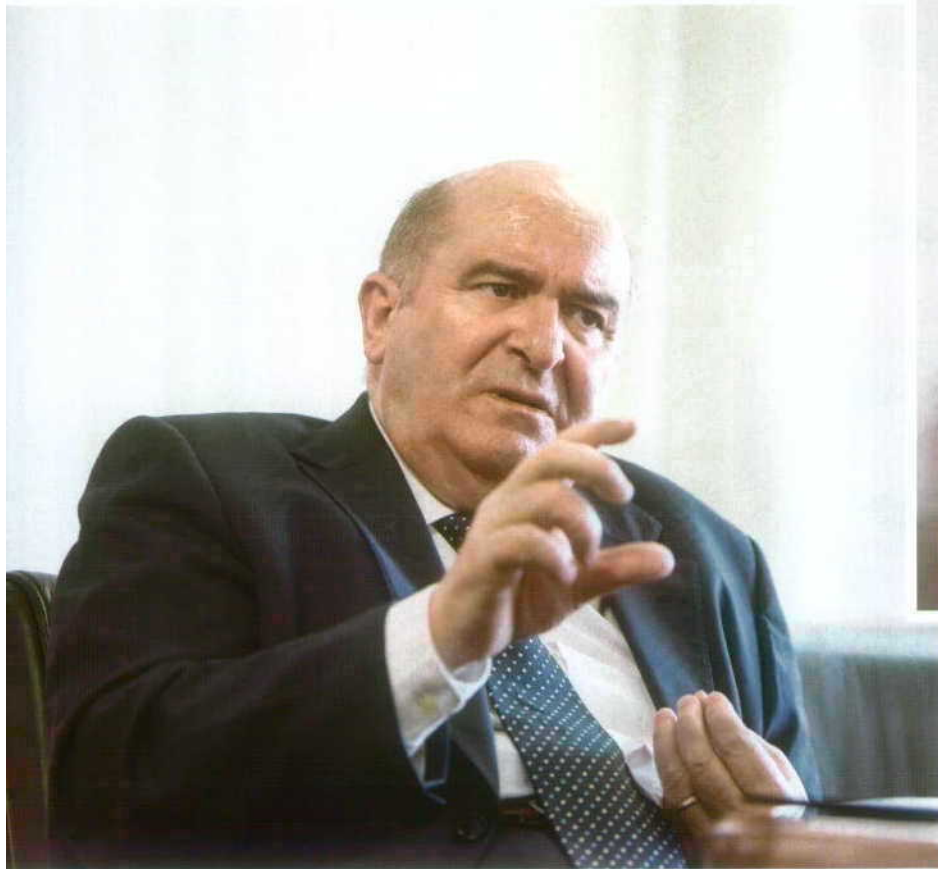
Sim. Isto é o que fazemos também quando fomentamos a indexação de um profissional a uma maior intervenção na segurança social, como aconteceu na última alteração ao estatuto da Ordem, é o que fizemos com a criação do instituto de representa-

ção dos sujeitos passivos no processo tributário gracioso, é o que estamos a tentar fazer junto da Assembleia da República na medida em que acreditamos que essa representação pode ser extensível aos tribunais até ao limite em que se dispensa a intervenção de um advogado. Estamos a tentar abrir o leque de intervenção dos profissionais e a amenizar os efeitos da crise na profissão.

**Esta profissão tem muitos profissionais. Há espaço para que todos tenham o seu lugar?**

A Ordem tem uma característica muito típica que vale a pena realçar e que é o facto de termos 72 mil inscritos, dos quais apenas 31 mil exercem funções de TOC. Ou seja, conseguimos manter o vínculo de mais de 50% das pessoas, o que dá uma outra vitalidade financeira à instituição, que não exercendo a profissão tenham interesse em manter esta ligação. A Ordem tem feito uma grande aposta na qualidade e no rigor >





> profissional. Com algumas exigências, como sejam a formação permanente.

#### A formação continua a ser um desafio estratégico para a Ordem...

E não só. Temos, por exemplo, um sistema de apoio social aos associados que queremos manter sem no entanto aumentar as quotas. Para evitá-lo, temos vindo a diminuir de uma forma muito acentuada os gastos. Por exemplo, enviávamos todos os meses um CD-ROM com informação para todos os associados, mas isto representava para a Ordem um gasto de cerca de 35 mil euros por mês. Alterámos a tecnologia e, agora, em vez de mandarmos todos os meses um CD, temos um sistema para, via Internet, as pessoas poderem actualizar a sua base de dados, ao dia. Só isso poupou 25 mil euros à Ordem. Temos um outro gasto de cerca de 120 mil euros por mês de correio. Estamos agora a implementar novos processos informáticos para aumentarmos a comunicação electrónica, criámos a "Pasta TOC" – que é um es-

paço que cada membro tem na Ordem –, e pensamos também reduzir esses gastos. Mas chegará um momento em que isso vai parar, e por isso teremos que inovar para não perder a componente social, tão importante para os nossos membros.

#### Bastantes regalias por pouco dinheiro...

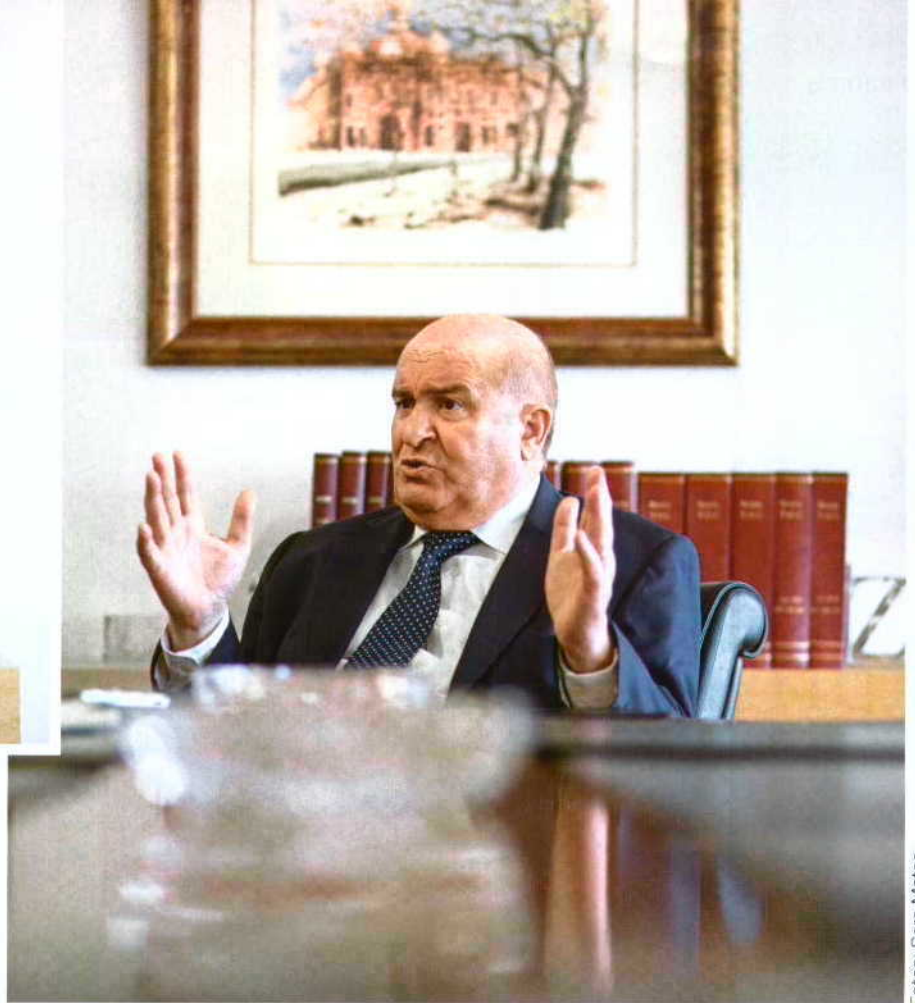
Sim. A Ordem oferece, por exemplo, um seguro de responsabilidade civil aos seus membros até 50 mil euros. Todas estas regalias custam cerca de dois milhões de euros por ano. Temos depois a base de dados que, só para alimentar diariamente, conta com um conjunto de pessoas a trabalhar... E uma das nossas grandes preocupações é não sobrecarregar os membros com as quotas – pagam 12 euros por mês.

#### Os estatutos da Ordem estão prestes a ser alterados. O que vai mudar?

Em termos substanciais não vai mudar muito. Esta alteração do estatuto é consequência da publicação de uma

“A justificação que nos foi dada pelo Governo foi de que (...) não fazia sentido ter um justo impedimento típico para os TOC. Não concordo porque o justo impedimento numa profissão como o advogado, o engenheiro, tem um efeito perfeitamente controlado. Já no TOC tem um efeito terrível na vida financeira do próprio Estado.”

lei, chamada a Lei 2/2013, que procura harmonizar procedimentos e estruturas das diversas Ordens profissionais. Penso que se foi longe demais nessa tentativa de harmonização e está-se a correr o risco de sermos todos iguais.



Fotos: Sara Matos

## Ordem portuguesa preside ao CILEA

O Comité de Integração Latino Europa-América (CILEA) será, a partir de Novembro deste ano, presidido pelo bastonário da OTOC. Reconhecida como um caso de sucesso internacional, a instituição foi convidada a tomar as rédeas do Comité, tentando replicar alguns dos seus sucessos noutros países.

O CILEA integra um conjunto de países que em comum têm a cultura de base latina. É o caso de Espanha, Portugal, França, Itália e Roménia (na Europa), e do Brasil, Argentina, Venezuela, Perú, Uruguai, Paraguai, Panamá, Colómbia, Bolívia, Chile e México (na América do Sul). "Esta cultura tem elementos comuns, mas também procedimentos comuns", explica o bastonário. "O que pretendemos é fazer uma análise e um acompanhamento da contabilidade nestes países, como pode evoluir e o que tem que fazer para se adaptar às realidades", acrescenta.

António Domingues de Azevedo espera que o CILEA cumpra a sua missão de fazer a divulgação da cultura latina, assim como anseia por ver a aplicação de questões inerentes às empresas, a sua organização social, e dos próprios Estados, através da contabilidade pública. "Nota-se algum esforço que a comunidade dos países latinos tem feito para acompanhar a Europa nesta evolução que tem havido na contabilidade. Isto aliado à importância social das empresas, fundamental e complementar ao aspecto económico. Se eu não tiver empresas que ganhem dinheiro elas não são sustentáveis e por isso não têm interesse", conclui.

Está demonstrado pela história que todos os esforços feitos no sentido de igualizar o que é naturalmente diferente está condenado ao insucesso. E as profissões têm especificidades próprias. Por exemplo, para uma instituição que está habituada a ter assembleias gerais, passar a ter assembleias de representantes não faz sentido nenhum. Um documento final foi negociado com a Ordem por uma comissão específica, constituída no Ministério das Finanças, e teve o nosso acordo. As alterações que foram introduzidas pelo Governo numa fase posterior também têm a nossa concordância. No entanto, uma das coisas que estava incluída na primeira proposta, que depois caiu por parte do Governo e que tentámos reavivar novamente na Assembleia da República, foi o chamado justo impedimento do TOC. A justificação que nos foi dada pelo Governo foi de que o mecanismo do justo impedimento estava previsto no código de processo civil e, conseqüentemente, não fazia sentido ter um justo impedi-

mento típico para os TOC. Não concordámos com isto. Não concordo porque o justo impedimento numa profissão como o advogado, o engenheiro, tem um efeito perfeitamente controlado. Já no TOC tem um efeito terrível na vida financeira do próprio Estado. Assim, ou temos aqui mecanismos concebidos à medida das devidas exigências, ou não temos mecanismo de justo impedimento que funcione. Por isso, aquilo que fizemos foi pensar nestas questões e criámos soluções que permitissem ao Estado receber aquilo a que tem direito, através da criação de uma figura a que chamámos "Pagamento de Imposto Provisório", e criar uma dilação de 30 dias para o envio da declaração. Foi o que apresentámos à Assembleia da República. Fizemos uma outra proposta no sentido da possibilidade da intervenção dos TOC nos tribunais tributários até ao limite da isenção de advogado, para que o TOC possa defender-se directamente em tribunal até ao limite da coima de sete mil euros. F.F.